

Intelectuais, Modernidade e Memória

Inês Espada Vieira



Universidade Católica Editora

Índice

Introdução	
«Cruzando fronteiras, 70 anos depois»	11

I – A memória, os tempos

1. (A) Memória dos homens	22
2. Memória em Espanha, memórias de Espanha	29
3. Trauma e Memória(s) da guerra	40
4. Os intelectuais e a memória	53
5. Intelectuais em Espanha	61
6. Fascismo, franquismo	66
7. <i>Media</i> e memória	77

II – Os tempos, os homens

1. A dissonância modernista da Europa: entre a tragédia e o espírito	84
2. A corte, o grupo: uma geração entre gozos e sombras	97
3. Imprensa e propaganda: de Burgos para o mundo	113
4. A guerra dos intelectuais	129

Conclusão	
Memória dos homens e dos tempos	153

Bibliografia	160
--------------	-----

Introdução

«Cruzando fronteiras, 70 anos depois»

Em setembro de 2006, o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa acolheu, em colaboração com o Instituto Cervantes de Lisboa, um colóquio internacional sobre a Guerra Civil de Espanha a que Jorge Fazenda Lourenço deu o título de *Cruzando fronteiras 70 anos depois*.¹ Cruzar significa passar para lá, passar através de, atravessar e também combinar, como em «entrecruzar». O uso do gerúndio marca uma reflexão em devir permanente. Já as «fronteiras» foram entendidas nas suas dimensões disciplinar, geográfica e temporal, o que influenciou a escolha dos participantes, de Portugal e de Espanha, de várias áreas do saber (literatura, arte, história, ciência política, estudos de cultura, *media*...), e o consequente resultado interdisciplinar.

Hoje, cruzado também já o século XXI, a Espanha passou para lá da fronteira do silêncio e do consenso no que respeita à Guerra Civil de 1936-1939. Assistimos ao apaixonado e vivo debate sobre a memória da Guerra e do franquismo que é, consequentemente, um debate também sobre os seus protagonistas – feitos vítimas ou heróis, conforme a perspetiva.

A constatação desta realidade, do ponto de vista informal e empírico, foi o nosso ponto de partida para uma reflexão académica que se iniciou com o intuito de responder a algumas questões fundamentais e apresentar talvez uma nova perspetiva de análise não só do passado, mas principalmente do presente. É uma parte dessa tese de doutoramento que apresentamos neste livro, tendo deixado para publicação posterior as páginas dedicadas especificamente ao trabalho jornalístico realizado entre os anos 1927 e 1940 pelo romancista Gonzalo Torrente Ballester (1910-1999).

¹ O encontro teve lugar nos dias 25 e 26 de setembro de 2006, na Universidade Católica Portuguesa e no Instituto Cervantes de Lisboa, foi aberto com a comunicação de Paul Preston e encerrou o colóquio o historiador Nicolás Sánchez-Albornoz, filho do último embaixador da República espanhola em Lisboa. As intervenções podem ser lidas no volume que leva o título do colóquio (cf. Lourenço e Vieira, 2007).

No entanto, porque o seu exemplo como intelectual falangista, com um percurso individual paralelo ao franquismo até ao desvio gradual das linhas de conduta oficiais, é absolutamente paradigmático, a presença de Torrente Ballester sentir-se-á ao longo deste livro, por muitas vezes recorrermos às suas palavras e ao seu exemplo vital para ilustrar ou problematizar algumas das questões sobre as quais nos debruçamos.

A observação do presente foi, então, o catalisador da nossa investigação. Neste presente, será que o sintagma «memória histórica» que preside ao debate sobre a Guerra Civil e o franquismo não faz parte, afinal, da «memória cultural» desse passado? De que memória falamos de facto quando falamos na «Lei 52/2007 de 26 de dezembro, pela qual se reconhecem e ampliam direitos e se estabelecem medidas a favor daqueles que sofreram perseguições ou violência durante a guerra civil e a ditadura»?² Que provas concretas temos da prevalência da memória cultural da Guerra, na Espanha democrática do século XXI? A mudança do paradigma histórico para o cultural permitirá privilegiar outras narrativas do passado, objetos culturais recriados por uma alteração da perspectiva. A memória comunicativa e experiencial acabará por desaparecer, mas a memória cultural, separada do quotidiano, dos factos e do testemunho, assume um sentido mais perene e sagrado, para incluir uma dimensão de narrativa identitária fundacional para a comunidade.

Por outro lado, queríamos também refletir sobre o papel dos intelectuais como agentes criadores e «portadores de memória» (*spezielle Träger*, cf. J. Assman, 2007: 54). Neste caso em particular, punha-se a questão de entender qual o papel desempenhado pelos homens de letras fascistas ou fascistófilos na construção da memória oficial do franquismo e também tentar entender as razões que levaram alguns homens esclarecidos a escolher o caminho da Falange e de Franco. Pensámos que seria importante voltar a olhar para as suas razões e para as suas ações, e considerá-los, embora enquadrados pela história europeia, no contexto específico do fascismo espanhol. Entendemos operativamente falangismo como um sinónimo de fascismo e, independentemente dos importantes debates historiográfico, sociológico e

² «Ley 52/2007 de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura». Publicada no Boletín Oficial del Estado, n. 310, de 27 de dezembro de 2007, pp. 53410-53416.

Todas as traduções do inglês, do francês e do espanhol são da nossa responsabilidade.

de ciência política, que procuram adjetivar o franquismo, consideramos o regime de Franco como substantivamente fascista (Gracia, 2004).

Perguntámo-nos então quem eram? De onde vinham, o que representavam, por que aí chegaram e como se legitimavam? Como eram os homens que acreditaram na mensagem da Falange Espanhola, que se deixaram impressionar pela retórica inflamada de Estado e de Império, em detrimento da não menos comovente retórica de liberdade e de futuro, dos republicanos?

Para chegar ao caso concreto do grupo que, em Burgos, capital da Espanha sublevada em 1937, se juntou à volta de Dionisio Ridruejo e de Pedro Laín Entralgo, tivemos de lançar um olhar pelo contexto estético e ideológico europeu. Entendemos a modernidade europeia como uma realidade paradoxal (Gil, 2003, 2008), na qual coexistem as luminosas criações da arte e da técnica, com um lado sombrio (Corm, 2009) e catastrófico (Gil, 2008a), que tem a sua dramática expressão na adesão de alguns intelectuais às ideologias totalitárias. Na verdade, era imenso o apelo estético do nazismo e do fascismo para os vanguardistas, imbuídos que estavam da procura do novo, do puro, do rigor, da totalidade; encontraram no totalitarismo mais uma possibilidade de concretizar o seu caminho até à arte e à estética do absoluto. A constatação desta outra «traição dos clérigos» (usamos a expressão, desterritorializando o argumento de Benda, [1927]1946) marca, segundo Lepenies (2008), o final de duas ilusões: a primeira é que nenhuma moralidade superior supostamente própria das disciplinas artísticas e científicas funcionou como um escudo protetor do nazismo; a segunda é a de que o Terceiro *Reich* não era contra a modernidade, mas, pelo contrário, promoveu a modernidade. Herf (1984) chama «modernismo reacionário» ao particular caso da Alemanha nazi, em que a tradição *völkisch* junta a adesão à tecnologia moderna a uma recusa da modernidade liberal.

As propostas totalitárias assentaram como uma luva no espírito vanguardista e disso é paradigmático exemplo, em Espanha, Ernesto Giménez Caballero (1899-1988). Foi diretor da revista *La Gaceta Literaria*, cujo primeiro número saía a 1 de janeiro de 1927,³ ponto de encontro da vanguarda espanhola, e foi também um dos primeiros ideólogos fascistas.

³ A data ajudou a batizar a Geração de 27. Em *Memorias de un dictador* escreverá: «*La Gaceta* foi a precursora da Vanguarda na Literatura, Arte e Política. Uma política que durante dois anos foi unitiva e espiritual e desde 1930 divergente, pois a juventude foi-se politizando. E de *La Gaceta* saíam os inspiradores do comunismo e do fascismo em Espanha.» (Giménez Caballero, 1981: 66).

Uma das questões que se nos apresentou a montante desta reflexão foi a da própria definição de intelectual e a de saber se essa definição era compatível com a de simpatizante da Falange espanhola ou de qualquer partido fascista. Embora ainda sem nome, o intelectual existe antes dos intelectuais (Juliá, 1998; Lepenies, 2008), simbolicamente nascidos com o *affaire Dreyfus*, em França no final do século XIX. Nasceram, aliás, imediatamente ligados aos jornais e o conceito adquiriu algumas das características definitivas: o sentido de missão, de luta contra a injustiça, a noção de se pertencer a uma elite esclarecida e a necessidade/exigência de uma constante intervenção pública, que aja sobre a sociedade. Embora adaptada ao longo dos estudos e dos anos, a definição dos intelectuais como uma clerezia distante do resto dos mortais, dotados de um poder espiritual superior, guiados apenas pelas noções de verdade e de justiça, continua a estar na base do seu entendimento atual, mas com algumas *nuances* principalmente no que se refere a essa suposta distância.

A relação dos intelectuais com a sociedade é também fundamental para Karl Mannheim (1957) que define o novo intelectual como um ator social, dedicado às tarefas do espírito, culto, já não em sentido escolástico, mas antes como um dinâmico intérprete da realidade. Mannheim reconhece, porém, que frequentemente o muito saber do intelectual o pode manter num espaço mental privado, distante dessa realidade pública. Além dos intelectuais tradicionais, que permanecem no seu olimpo predefinido, Antonio Gramsci (1974) apresentou uma nova tipologia de intelectual, dito orgânico, verdadeiro agente de mudanças sociais concretas. Edward Said (1996) reflete acerca da independência dos intelectuais perante os poderes políticos e financeiros e descreve-os como indivíduos em permanente vigilância sobre a sociedade. Said defende que o intelectual deve procurar um equilíbrio entre uma posição consensual e amistosa, e um papel de Cassandra que, embora anuncie verdades, não é de todo ouvida. Entre todas as posições que lemos, há uma característica que se mantém transversal aos tempos e aos autores: o intelectual é um homem que pensa e não pode nunca deixar de pensar sobre o mundo (Lepenies, 2008). O mundo do intelectual é definido consoante a sua cultura linguística (Said, 2004). Para Said, os escritores são também intelectuais, na medida em que acrescentam às suas funções criativas, as de arauto da verdade, testemunha de injustiças ou voz dissonante nos conflitos que, segundo o autor, eram apanágio só dos intelectuais.

A relação entre escritores e intelectuais, ou melhor, a identificação dos primeiros com os segundos, é fundamental na definição das gerações em

Espanha, nomeadamente nas de 1898 e 1914 (Serrano, 2000). A participação ativa dos intelectuais na política espanhola durante a Segunda República (1931-1939) consolidou a ideia de que a inteligência era de esquerda, noção, aliás, reconhecida pela direita ideológica, que depreciava os intelectuais.

Deste modo, ao olharmos os escritores e ensaístas da Falange como intelectuais, temos que abdicar de algumas das características apresentadas e centrar a nossa atenção noutras que, independentemente da filiação política, são no nosso entender transversais à condição do intelectual, e que têm que ver com uma dimensão ética externa à sua área ideológica e com o entendimento da ação do intelectual como uma atividade do espírito.

Ressituar o intelectual é uma proposta que deve ser lida não como uma alternativa radicalmente oposta à noção clássica de intelectual, mas como um contributo que reforça o entendimento da modernidade como uma realidade múltipla e paradoxal, onde também podemos encontrar esse «modernismo reacionário» proposto por Herf (1984).

Uma vez mais olhando para o presente, perguntámo-nos também que memória guarda a Espanha democrática destes intelectuais de direita que, em larga medida, fundaram, legitimaram e sustentaram a ditadura de Franco. Sem cairmos na ingenuidade de ver neles apenas um grupo inspirado por uma bela ilusão, foi o seu contributo para a vida cultural espanhola durante a ditadura sincero e comprometido? Como evoluiu o seu pensamento e como acompanharam a própria evolução do regime até à Transição?

A história da intelectualidade em Espanha pode ser feita através dos jornais, púlpito privilegiado para a intervenção no espaço público e também repositório de relatos de antes que permitem hoje fazer uma espécie de reconstrução do passado. A imprensa é espelho da memória coletiva e contribui para construir ou destruir essa mesma memória (Cuesta, 2008). Deste modo, olhar hoje os textos publicados na imprensa pelos intelectuais de direita e de esquerda durante o período da Guerra Civil de Espanha, entendidos como memórias materiais (Zelizer, 1998), serve para sentir o pulso ao passado e compreender o modo como esse passado ajuda a configurar o presente.

Ler os textos da imprensa ajudará a entender os contornos da participação dos intelectuais do Grupo de Burgos na luta da Espanha nacional, qual o seu grau de comprometimento político, que espaço de liberdade haveria para o exercício da atividade intelectual. Por isso, quisemos refletir também sobre as dinâmicas de grupo e geracionais (a «corte literária de José Antonio», a geração de 36 e o grupo de Burgos).

Assim, a concretização desta proposta teve duas fases essenciais que correspondem, mais ou menos, às duas partes que constituem o presente livro. Uma primeira fase centrada no debate sobre a memória da Guerra Civil em Espanha; uma segunda fase, sobre a relação entre as vanguardas, o fascismo e os intelectuais. Como já aqui ficou dito, depois do estudo teórico, existiu uma terceira parte, fundamentalmente empírica, de recolha, organização e sistematização dos textos publicados por Gonzalo Torrente Ballester nos jornais *El Carbayón*, de Oviedo (1927-1928), *La Tierra*, de Madrid (1930-1931) e, em particular, nos órgãos de imprensa do Movimento (1937-1939).

Recorrendo aos estudos literários, à história, à sociologia, ao jornalismo e à ciência política, a metodologia utilizada foi a empírico-interpretativa, com o travejamento teórico dos estudos de cultura. Este ponto de partida crítico permite-nos apresentar uma análise nova, porque sai da contingência dos estudos literários e convoca novos horizontes críticos a partir de um diálogo e uma transgressão multidisciplinares (Gil, 2008a). Deste modo, a perspectiva dos estudos de cultura amplia as possibilidades de análise e as propostas de reflexão.

A maior parte da investigação teórica foi levada a cabo na Biblioteca de Humanidades da Universidade de Oviedo, que conta com um completo e atualíssimo acervo bibliográfico, nomeadamente nas áreas da história e da literatura, e com um reconhecido espólio de revistas culturais que pudemos consultar. Tivemos também generoso e fundamental acesso ao espólio de Javier Torrente Malvido (1939-2005), com quem mantivéramos contactos iniciais e uma entrevista em sua casa no dia 1 de abril de 2005, que foram cruciais para a configuração do presente trabalho.

Esta é a leitura que nos propomos apresentar aqui e que consideramos crucial no sentido de contribuir para uma investigação menos apaixonada e mais rigorosa sobre o intelectual falangista e o seu papel na construção da memória da Guerra Civil e do franquismo. Não se trata de uma reabilitação dessas figuras que empreenderam caminhos próprios de expiação e reabilitação íntima e pública, mas da procura lúcida de conhecer melhor um determinado período e entender as razões dos protagonistas desse período. Este caminho fora iniciado por José Carlos Mainer e a sua *Falange y literatura* (1971). Entre outros trabalhos fundamentais, queremos realçar, também pela influência que teve na nossa própria investigação, a obra de Jordi Gracia (2008, 2007, 2006, 2004) que marcou inexoravelmente o novo olhar sobre a vida cultural durante o franquismo, as «raízes do presente», nas suas contingências pessoais e ideológicas.

Considerando, portanto, o estado da investigação, o nosso ponto de partida é o seguinte: qual era a situação da memória na Espanha de hoje? Como se cruzam as linhas da memória individual, coletiva, nacional, histórica e cultural na definição do presente? Que papel tiveram os intelectuais nacionais na (re)construção de Espanha depois da Guerra? Como se configura hoje o papel do intelectual falangista?

A Guerra Civil de Espanha nasce do fracasso da sublevação militar de 17/18 de julho de 1936 em Melilla e Marrocos, e termina oficialmente no dia 1 de abril de 1939. A República espanhola, proclamada em abril de 1931, vê-se praticamente sozinha na luta pela manutenção do regime legítimo e, após três anos de uma guerra cruelíssima, acaba por claudicar perante os inexoráveis avanços de um exército apoiado pela Alemanha nazi e pela Itália fascista, organizado, e profissional. Depois da morte dos generais Sanjurjo (1872-1936) e Mola (1887-1937), os líderes da sublevação militar, deixa de haver qualquer eventual oposição ao comando de Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), aquele que se tinha tornado em 1926 o mais jovem general do exército espanhol,⁴ o ditador que governaria a Espanha durante quase quatro décadas, até à sua morte, por doença.

A ditadura franquista ergueu-se ideologicamente sobre a Falange Española (FE), o partido de inspiração fascista, fundado em 1933 por José Antonio Primo de Rivera (1903-1936), filho mais velho do antigo ditador Miguel Primo de Rivera (1870-1930). A FE sofrerá a sua própria evolução interna e, em última análise, transformar-se-á num partido controlado por Franco e distante, portanto, dos pontos doutrinários definidos em vida de José Antonio. A crítica usa o adjetivo falangista frequentemente como sinónimo de fascista espanhol.

Como dizíamos, a memória (dita) histórica é um assunto omnipresente na Espanha de 2011 e 2012 e disso é espelho a imprensa diária. Independentemente da perspetiva e da interpretação dada aos factos, *i.e.*, imposta por decisão do governo socialista de Rodríguez Zapatero (2004-2011) ou resultado de uma reivindicação social há muito adiada, o que é certo é que se assistiu a uma viragem concreta relativa às políticas da memória que vão

⁴ O mito criado à sua volta assegurava que era o mais jovem general europeu depois de Napoleão. Este e outros «factos» são negados pelo historiador Paul Preston em *El gran manipulador* (2008). Note-se que o debate histórico-editorial sobre a memória em Espanha é protagonizado por Preston e Pio Moa, com duas interpretações radicalmente opostas do passado.

esvaziando o consenso e quicá a pertinência das disposições da lei de amnistia 46/1977 de 15 de outubro.⁵

O auto lavrado em 16 de outubro de 2008 pelo antigo juiz da Audiência Nacional, Baltasar Garzón, reconhece a competência dos tribunais para tratar as variadas denúncias relacionadas com mortes, torturas e desaparecimentos, durante a Guerra Civil e a ditadura franquista, no âmbito dos crimes contra a Humanidade, considerando, deste modo, que os crimes não estão abrangidos pela lei de amnistia. O auto do juiz Garzón contabiliza o número de desaparecidos entre 17 de julho de 1936 e dezembro de 1951 em 114 266 pessoas (cf. Garzón, 2008: 23).

75 anos após a Guerra Civil, 30 e muitos anos depois da que foi considerada a mais exemplar das transições democráticas, o olhar para trás hesita entre a urgência da paz e da conciliação, e a perplexidade dos factos: um ditador que morreu na cama e mais de cem mil pessoas ainda desaparecidas. Como dizíamos no início, o debate sobre o passado é também um debate sobre os seus protagonistas: individuais ou coletivos, públicos ou anónimos, heróis ou vítimas.

Embora nos dediquemos a um tema do passado, a nossa motivação chega-nos do presente e do compromisso de cidadania com que também encaramos o trabalho do investigador. Sem abdicar das nossas próprias circunstâncias, espirituais e intelectuais, ou das nossas pessoais convicções, a perspetiva que assumimos neste trabalho é a desse investigador, a quem cabe continuar sempre a cruzar fronteiras, procurando redesenhar mapas de leitura que contribuam para uma renovada compreensão do passado e para a construção do futuro.

⁵ Veja-se também o Decreto-Lei de Amnistia 10/1976 de 30 de julho. Na Argentina, por exemplo, foram abolidas em 2005 as leis de «Obediencia Debida» e «Punto Final» que amnistiavam os crimes praticados por oficiais de patente inferior durante a ditadura (1976-1983), por terem sido consideradas inconstitucionais. A Argentina leva a cabo uma política de memória que inclui diversos museus, centros de documentação e ações reparatórias, existindo inclusivamente uma Secretaria dos Direitos Humanos, sob a alçada do Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. O Chile, país que celebrou em 2010 o seu bicentenário, inaugurou em janeiro desse ano o *Museo de la memoria y de los derechos humanos*, num edifício com 5000m² cujo lema é «Não podemos mudar o nosso passado. Resta-nos aprender do que vivemos. É esse o nosso desafio». A campanha presidencial de 2010 no Chile foi marcada pelo tema da memória da ditadura (1973-1990), tal como se pode ler numa das notícias publicadas pelo jornal *El País*, precisamente no dia seguinte ao da eleição do candidato de direita Sebastián Piñera que sucedeu a Michelle Bachelet como Presidente do Chile. (cf. Délano, 2010).